

Acórdão: 15.280/01/1.<sup>a</sup>  
Impugnação: 40.010103753-17  
Impugnante: Walter Ozelim  
Proc. Suj. Passivo: Rosinei Aparecido Duarte Zacarias/Outros  
Insc. Estadual: PR 647/2617  
PTA/AI: 01.000137858/67  
Origem: AF/S.S. do Paraíso  
Rito: Sumário

---

**EMENTA**

**EXPORTAÇÃO – NÃO INCIDÊNCIA – DESCARACTERIZAÇÃO – CAFÉ.** Descaracterização da não incidência do ICMS em operação de remessa de café a empresa comercial exportadora, face à constatação de que a mercadoria fora submetida a processo de rebeneficiamento, contrariando o disposto no § 2.º, do art. 5.º, do RICMS/96. Exigências fiscais mantidas. Lançamento procedente. Decisão unânime.

---

**RELATÓRIO**

**Motivos da autuação:**

Descaracterização da não incidência do ICMS em operação de remessa de café a empresa comercial exportadora (Cia. Imp. E Exp. Coimex)), face à constatação das seguintes irregularidades:

1. Efetivo exportador difere do destinatário original da mercadoria;
2. A mercadoria enviada pelo produtor rural diverge daquela efetivamente exportada;

Inconformado com as exigências fiscais, o Autuado impugna tempestivamente o Auto de Infração (fls. 18/35), por intermédio de procuradores regularmente constituídos, requerendo o cancelamento das exigências fiscais.

O Fisco, em manifestação de fls. 58/69, refuta as alegações da defesa, e solicita a manutenção integral do feito fiscal.

---

**DECISÃO**

**Preliminar:**

O Impugnante argüi a nulidade do Auto de Infração, sob o argumento de ofensa ao princípio da legalidade, entendendo que as provas carreadas pelo Fisco são precárias, aduzindo que com a utilização do princípio da verdade material sua assertiva seria confirmada.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Observando-se o Auto de Infração, verifica-se que este foi lavrado seguindo todas as diretrizes impostas pelos artigos 57 e 58, da CLTA/MG, contendo a descrição clara e precisa do fato que motivou a exigência fiscal, citação expressa dos dispositivos legais infringidos, a penalidade aplicada, além da indicação correta do sujeito passivo.

Quanto ao princípio da verdade material, este é utilizado na análise do mérito do feito fiscal, considerando-se as provas carreadas aos autos pelas partes.

Assim, rejeita-se a preliminar argüida pelo Impugnante.

### Mérito:

A autuação versa sobre a descaracterização da não incidência do ICMS em operação de remessa de café a empresa comercial exportadora, face às irregularidades acima narradas.

As planilhas abaixo trazem o resumo de todos os dados e documentos em que se ampara o feito fiscal, facilitando a compreensão da lide ora em análise:

### Nota fiscal de remessa:

Número	Data	Mercadoria	Destinatário	Quantidade
002.324	19/07/99	Café beneficiado bebida dura	Cia. Imp. E Exportadora Coimex – Leme (SP) CGC 28.163.699/0021-73	200 sacas

### Memorando de Exportação:

Emitente	Data	Mercadoria	NF Remessa	NF exportação
Cia. Imp. E Export. Coimex – Leme (SP)	31/10/99	Arábica, COB 6 p/melhor, peneira 17 e abaixo, bebida dura-riada	002.324	001.404

### Notas Fiscal de Exportação:

Número	Data	Emitente	Mercadoria	Quantidade
001.404	02/09/99	Cia Imp. E Exportadora Coimex – Leme (SP)	COB 6 p/melhor, peneiras 17 e abaixo, bebida dura-riada	1.800 sacas

### Despacho de exportação:

Número	Data BL	Exportador	Mercadoria	Quantidade
1990578899/9	22/09/99	Cia. Imp. E Exp. Coimex – CGC 28.163.699/0001-20	COB 6 p/melhor, peneiras 17 e baixo, bebida dura-riada	1.800 sacas

### Bill Of Lading:

**Exportador:** Cia. Imp. E Exp. Coimex – Vitória (ES)

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Da análise das planilhas, percebe-se o que se segue:

1. Na nota fiscal de remessa, a descrição da mercadoria era “**café beneficiado bebida dura**”, enquanto que na nota fiscal de exportação, bem como no Memorando e no Despacho de Exportação consta a classificação “**Café em grão arábica, COB 6 p/melhor, peneiras 17 e abaixo, bebida dura-riada**” demonstrando que o café originalmente remetido foi submetido a processo de rebeneficiamento;
2. O destinatário original da mercadoria era o estabelecimento localizado em Leme (SP), pertencente à empresa “Cia. Imp. E Exp. Coimex”, enquanto que no Despacho de Exportação e no Conhecimento de Embarque (Bill Of Lading) consta como exportador o estabelecimento localizado em Vitória (ES).

Tais fatos demonstram, inequivocamente, as irregularidades narradas pelo Fisco nos **itens “1” e “2”**, do Auto de Infração.

Vê-se, portanto, que a mercadoria descrita na nota fiscal de produtor difere totalmente daquela efetivamente exportada, não por uma simples questão de nomenclatura, como alega o Impugnante, mas por ter sido submetida a processo de industrialização.

A constatação do rebeneficiamento do café antes de sua exportação, descaracteriza a não incidência do ICMS na operação praticada pelo Produtor Autuado, nos termos do § 2.º, do art. 5.º, do RICMS/96:

**Art. 5º** - O imposto não incide sobre:

(...)

III - a operação, a partir de 16 de setembro de 1996, que destine ao exterior mercadoria, inclusive produtos primário e produto industrializado semi-elaborado, bem como sobre prestação de serviços para o exterior;

(...)

§ 1º - A não-incidência de que trata o inciso III alcança:

1) a operação que destine mercadoria com o fim específico de exportação para o exterior, observado o disposto nos artigos 259 a 270 do Anexo IX, a:

(...)

1.2) empresa comercial exportadora, inclusive “trading company”;

(...)

§ 2º - O disposto no item 1 do parágrafo anterior somente se aplica à operação de remessa da própria mercadoria a ser exportada posteriormente, no mesmo estado em que se encontre, ressalvado o seu simples acondicionamento ou reacondicionamento.” (g.n.)

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O fato da nota fiscal de produtor ter sido emitida pela Repartição Fazendária não exime o autuado da responsabilidade pelas informações nela contida. É que a concessão da nota fiscal de produtor obedece a prescrições legais, sendo uma delas o requerimento escrito do solicitante contendo os dados gerais da transação, tais como qualificação do remetente, destinatário, tipo de operação, descrição da mercadoria, incidência ou não do imposto, etc., sendo que esta é emitida nos termos em que requerida.

Noutro enfoque, há de se destacar que o destinatário da mercadoria remetida com o fim específico de exportação, deve necessariamente, exportá-la, não podendo em qualquer hipótese transferir a mercadoria a terceiros, sob pena de ver descaracterizada a não incidência do imposto.

Outras argumentações do Impugnante são plenamente refutadas na manifestação fiscal de fls. 58/69, sendo considerada parte integrante da presente decisão.

Diante do exposto, afigura-se correta a descaracterização da não incidência do ICMS nas operações praticadas pelo produtor mineiro, sendo, pois, legítimas as exigências fiscais.

Os demais argumentos apresentados pela Impugnante são insuficientes para descaracterizar as infrações.

Diante do exposto, ACORDA a 1.<sup>a</sup> Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, à unanimidade, em rejeitar a arguição de nulidade do Auto de Infração. No mérito, também à unanimidade, em julgar procedente o Lançamento, mantendo-se as exigências fiscais. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Francisco Maurício Barbosa Simões e Luciana Mundim de Mattos Paixão.

**Sala das Sessões, 17/10/01**

**José Luiz Ricardo**  
**Presidente**

**José Eymard Costa**  
**Relator**

*Br/*